PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG | Inscrição | Prédio | Sala | Carteira

FUNDAÇÃO vunesp

Confidencial até o momento da aplicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

01. Um dos temas centrais da dogmática constitucional contemporânea diz respeito à compatibilidade entre o exercício da jurisdição constitucional e o princípio democrático. A respeito do tema, é correto afirmar:

(A) em deferência ao princípio democrático e à separação dos Poderes, o Supremo Tribunal Federal não admite o controle jurisdicional de constitucionalidade de atos praticados durante o processo legislativo antes da aprovação definitiva da proposição normativa.

(B) a democracia não se assenta exclusivamente no princípio majoritário, compreendendo também a proteção dos direitos fundamentais e de outros valores constitucionais, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal pode exercer papel contramajoritário na proteção desses direitos e valores.

(C) ao exercer a função de Corte Constitucional, o Supremo Tribunal Federal desempenha atividade estritamente jurídica, de modo que a interpretação e a aplicação das normas constitucionais não comportam considerações de natureza política.

(D) as decisões do Supremo Tribunal Federal carecem de legitimidade democrática quando envolvem a interpretação de normas constitucionais dotadas de elevado grau de abertura semântica, uma vez que seus integrantes não são escolhidos diretamente pela população.

(E) em respeito ao princípio democrático e à liberdade de conformação do Poder Legislativo, o Supremo Tribunal Federal limita-se, diante de omissão legislativa inconstitucional, a reconhecer a mora do órgão competente, sendo-lhe vedada a adoção de decisões de caráter concretizador tanto em mandado de injunção quanto em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

02. Considere que o prefeito do Município X apresentou projeto de lei destinado a reduzir as alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidentes sobre serviços médicos e de tecnologia. Durante a tramitação da proposição na Câmara Municipal, o vereador Y apresentou emenda ao projeto para conceder isenção do imposto às organizações sociais e às cooperativas médicas, sob o fundamento de que essas entidades teriam sido fortemente afetadas pela pandemia de Covid-19. Considere, ainda, que o processo legislativo não foi instruído com estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente da isenção, tendo as alterações legislativas aprovadas pelo Poder Legislativo e sancionadas pelo prefeito.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

(A) o parlamentar não possui legitimidade para propor a emenda com esse conteúdo, pois há reserva de iniciativa, do Poder Executivo, para apresentar proposta de alteração da legislação tributária.

(B) a apresentação de estimativa de impacto orçamentário e financeiro deve ser realizada no curso do processo legislativo, sob pena de vício formal, motivo pelo qual a lei é inconstitucional.

(C) a emenda a projeto de lei, do Poder Executivo, não poderia tratar de isenção, pois a proposta de norma que importe no aumento do gasto tributário é reservada ao chefe do Poder Executivo.

(D) a lei será constitucional caso a estimativa de impacto orçamentário conste da lei de diretrizes orçamentárias e não afete a sustentabilidade do orçamento.

(E) a lei será material e formalmente constitucional caso se considere que a emenda parlamentar tem pertinência temática com a proposição originária.

03. No início de uma nova gestão, o secretário de governo do Município X convocou reunião com os procuradores municipais lotados na pasta para esclarecer dúvidas acerca do alcance das competências do Tribunal de Contas no exercício do controle externo da administração municipal. Durante a reunião, foram formulados questionamentos sobre o julgamento das contas anuais prestadas pelo prefeito, sobre a possibilidade de aplicação de sanções diretamente pelo Tribunal de Contas, quando o chefe do Poder Executivo atua como ordenador de despesas, e sobre a competência para promover a cobrança judicial das multas aplicadas pela Corte de Contas.

Com base na situação hipotética, na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

(A) as contas anuais de Governo devem ser julgadas diretamente pelo Tribunal de Contas, enquanto as contas de gestão devem ser apreciadas e julgadas pela Câmara Municipal, ficando vedada a aplicação de sanções diretamente ao chefe do Poder Executivo, pela Corte de Contas, sem a anuência do Poder Legislativo local.

(B) compete à Câmara Municipal julgar as contas do prefeito e, privativamente, aplicar sanções pela prática de irregularidades que este tenha praticado na condição de ordenador de despesas.

(C) ao Tribunal de Contas compete julgar as contas anuais do prefeito e executar as sanções por ele diretamente aplicadas, que prevalecerá até que a decisão seja validada ou rechaçada pela Câmara Municipal.

(D) compete ao município executar tanto as multas aplicadas pelo Tribunal de Contas, no julgamento de contas anuais, como as multas decorrentes de sanções previstas na legislação relacionada ao exercício da jurisdição pela Corte de Contas.

(E) o Tribunal de Contas não tem competência para julgar as contas anuais do prefeito, mas pode aplicar sanções diretamente a ele, sem anuência da Câmara Municipal, no caso de irregularidades praticadas pelo gestor na condição de ordenador de despesa.

04. A respeito do perfil constitucional das Procuradorias Municipais, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

(A) Os municípios devem instituir Procuradorias Municipais, admitindo-se, contudo, que as atividades de consultoria e assessoramento jurídico sejam exercidas por servidores ocupantes de cargos em comissão ou integrantes de outras carreiras, desde que possuam formação jurídica e haja autorização em lei local.

(B) A remuneração dos Procuradores Municipais, caso adotado o regime de subsídio, submete-se ao teto correspondente ao subsídio do prefeito, vedado o recebimento de rubricas de natureza indenizatória ou a distribuição de honorários sucumbenciais.

(C) O pagamento e o rateio de honorários advocatícios sucumbenciais entre Procuradores Municipais ativos são compatíveis com a Constituição Federal apenas quando a carreira não estiver submetida ao regime remuneratório de subsídio.

(D) As Procuradorias Municipais submetem-se ao princípio constitucional da unicidade da representação judicial e da consultoria jurídica, razão pela qual é vedada a instituição de órgão próprio de representação judicial ou assessoramento jurídico no âmbito do Poder Legislativo municipal.

(E) Os municípios não são constitucionalmente obrigados a instituir Procuradorias Municipais; caso, entretanto, optem por fazê-lo, os Procuradores Municipais regularmente investidos na carreira detêm, em regra, exclusividade no exercício das funções de representação judicial e de consultoria jurídica atribuídas à Procuradoria.

05. Considere que o prefeito do Município X pretende apresentar proposta de emenda à Lei Orgânica com o objetivo de transformar a Guarda Civil Municipal em Polícia Militar Municipal. Segundo o chefe do Poder Executivo, a medida busca sinalizar à sociedade o compromisso da administração municipal com a segurança pública e adequar a denominação da instituição ao seu atual perfil constitucional, à luz de recentes precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria. Diante de dúvidas quanto à viabilidade jurídica da proposta, o prefeito convoca procuradores municipais para se manifestarem sobre o tema.

Com base na situação hipotética, na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os procuradores presentes no encontro poderão afirmar corretamente que a proposta é

(A) constitucional, pois se insere no campo de competência do município para legislar sobre assuntos de interesse local.

(B) inconstitucional, pois os municípios devem observar a denominação dos órgãos de segurança pública, previstos na Constituição Federal.

(C) constitucional, pois o Supremo Tribunal Federal reconheceu as Guardas Municipais como integrantes do sistema de segurança pública.

(D) inconstitucional, salvo no caso de a legislação local autorizar os profissionais a possuir porte de armas e realizar patrulhamento ostensivo.

(E) inconstitucional, pois as Guardas Municipais não integram o sistema de segurança pública.

06. A respeito dos direitos sociais, com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

(A) é vedada a instituição de piso salarial em múltiplos do salário mínimo, ainda que inexistam reajustes automáticos.

(B) o servidor público que seja pai genitor moniparental não faz jus à licença maternidade.

(C) é possível constituir sindicato utilizando como critério o número de empregados de empresas.

(D) o piso da enfermagem deve ser pago pelo município, na medida de repasses federais.

(E) a gestante contratada pela Administração tem direito à licença maternidade e à estabilidade provisória, salvo se contratadas por tempo determinado.

07. Considerando o tema do Regime Disciplinar dos Servidores Públicos e à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, suponha que Edinaura é servidora pública federal e, em janeiro de 2025, cometeu uma infração administrativa que pode acarretar-lhe a sanção da perda do seu cargo público. Em março de 2026, uma pessoa apresentou uma denúncia anônima perante a autoridade competente para instaurar a investigação ou o respectivo processo, na qual aponta com detalhes a infração cometida por Edinaura, acompanhada de provas suficientes a comprovar a ilegalidade.

Nessa situação hipotética, é correto afirmar que Edinaura

(A) não poderá ser investigada por sindicância nem responder a processo administrativo, uma vez que a denúncia anônima não pode servir de base para investigação da servidora em procedimento formal.

(B) poderia ser investigada por sindicância, uma vez que a denúncia anônima foi acompanhada de provas suficientes a comprovar os fatos, mas por ter sido apresentada depois de um ano ela não poderá servir a essa finalidade.

(C) poderá ser alvo de investigação dos fatos narrados na denúncia anônima, que é admitida no direito pátrio, sendo que o prazo prescricional para a sua punição começará a fluir a partir da data da infração cometida pela servidora.

(D) não poderá ser investigada por sindicância nem responder a processo administrativo, pois a denúncia anônima, ainda que acompanhada das devidas provas, não pode ser utilizada para apuração de fatos que acarretem a sanção de perda do cargo.

(E) poderá ser alvo de investigação dos fatos narrados na denúncia anônima, que é admitida no direito pátrio, sendo que o prazo prescricional para a sua punição começará a fluir a partir do conhecimento dos fatos pela autoridade competente.

08. Uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) celebrou um Termo de Parceria com o município, com base na Lei Federal nº 9.790/1999. Durante a vigência da parceria, a entidade adquiriu um imóvel com os recursos públicos advindos desse instrumento de cooperação com o município.

Nos termos da referida legislação, considerando a situação hipotética mencionada, é correto afirmar que

(A) esse tipo de aquisição é expressamente vedado por lei e o negócio deve ser anulado, devendo os responsáveis pela OSCIP serem responsabilizados por ato de improbidade administrativa.

(B) a Lei permite a compra de imóvel pela OSCIP, mas o negócio deve ser registrado em cartório, com cláusula destinando o imóvel ao poder público ao final da parceria.

(C) é permitida legalmente a compra do imóvel pela OSCIP, desde que conste em regulamento próprio e o negócio seja registrado em cartório com cláusula de inalienabilidade.

(D) é legalmente permitida essa aquisição, não havendo necessidade de aprovação prévia do município nem qualquer restrição sobre o imóvel.

(E) é possível a aquisição do imóvel pela OSCIP, desde que conste do Termo de Parceria e o contrato de compra e venda seja assinado também pelo representante do município.

09. Assinale a alternativa correta a respeito da revogação, invalidação e convalidação dos atos administrativos.

(A) Não são passíveis de revogação, entre outros, os atos inválidos, os discricionários, os exauridos e os que geraram direito adquirido.

(B) A ab-rogação consiste na revogação parcial do ato, enquanto a derrogação é a revogação total do ato.

(C) A caducidade é uma invalidação por meio de legislação posterior que expressamente revoga um ato que lhe é contrário em seu mérito.

(D) A teoria dualista dos atos administrativos defende que o ato é nulo ou válido, sendo que o vício de legalidade produz todos os efeitos que emanam de um ato nulo.

(E) A convalidação dos atos administrativos com vícios superáveis pode se dar, via de regra, por meio da ratificação, da reforma ou da conversão.

10. Considerando o regime jurídico dos contratos administrativos, com base na Lei nº 14.133/2021, suponha que o município tenha aberto um procedimento licitatório para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Nessa situação hipotética, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, o município, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas

(A) exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura correspondente ao dobro do valor das verbas rescisórias inadimplidas.

(B) condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato.

(C) exigir que o contratado faça o depósito judicial dos valores das verbas em aberto, no prazo de trinta dias.

(D) reter o pagamento dos valores devidos ao contratado até que este comprove ter celebrado os respectivos acordos trabalhistas.

(E) efetuar o depósito dos valores devidos ao contratado nas contas bancárias dos próprios empregados que possuam créditos trabalhistas.

11. A pessoa jurídica de direito privado "Rios de Prata" cometeu um ato lesivo à Administração municipal que atentou contra o seu patrimônio público. Em virtude dos fatos, a Procuradoria do município pretende propor a ação judicial competente para a devida responsabilização da empresa, com base na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

Nessa situação hipotética, é correto afirmar que a empresa "Rios de Prata"

(A) ficará sujeita às sanções de perdimento de bens, na forma da Lei, e suspensão ou interdição parcial de suas atividades, que podem ser aplicadas de forma cumulada.

(B) poderá alegar em sua defesa que a Procuradoria do município não tem legitimidade para ajuizar ação judicial, pois essa atribuição legal pertence ao Ministério Público.

(C) terá afastada a sua responsabilização judicial se já houver sido responsabilizada por decisão irrecorrível na esfera administrativa antes da decisão judicial.

(D) poderá ser condenada na obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, devendo o respectivo valor a ser pago constar obrigatoriamente da sentença.

(E) ficará sujeita à indisponibilidade dos seus bens, direitos ou valores necessários ao pagamento dos danos, medida que deverá ser requerida pelo Ministério Público após a sentença.

12. Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.429/1992, com as suas alterações posteriores, a respeito da ação de improbidade administrativa e do seu procedimento, é correto afirmar que

(A) é uma ação judicial que pode ser preventiva, de caráter inibidor, ou repressiva, de caráter sancionatório.

(B) se constitui em uma ação civil que, entre outros fins, pode ser utilizada para o controle de legalidade e proteção do patrimônio público.

(C) ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, e a sua recusa ou o seu silêncio implicará em confissão.

(D) a ação deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.

(E) poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, para tentativa de solução amigável.

Direito Tributário

13. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A imunidade tributária veda aos entes tributantes instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.

(B) É permitido aos entes tributantes cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

(C) Poderá incidir imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações e das entidades sindicais dos trabalhadores.

(D) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

(E) A imunidade tributária proíbe os entes tributantes de cobrar tributos sobre entidades religiosas e tempos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.

14. Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

(A) a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal não constitui o crédito tributário e não dispensa o lançamento tributário por parte do Fisco.

(B) em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.

(C) a exceção de pré-executividade não é admissível na execução fiscal ainda que relativamente às matérias conhecíveis de ofício, que não demandem dilação probatória.

(D) a Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa – CDA até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de modificação do sujeito passivo da execução.

(E) o mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

15. Assinale alternativa a seguir que apresenta duas causas suspensivas do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional.

(A) Depósito do seu montante integral e conversão de depósito em renda.

(B) Reclamações e os recursos administrativos e prescrição.

(C) Concessão de medida liminar em mandado de segurança e parcelamento.

(D) Concessão de medida liminar ou de tutela, em outras espécies de ação judicial, e decisão judicial passada em julgado.

(E) Parcelamento e decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

16. De acordo com a lei que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

(A) Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações.

(B) A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.

(C) Poderá ser concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

(D) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 5 (cinco) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

(E) Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá recurso de agravo por instrumento e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá recurso especial para o órgão competente do tribunal que integre.

17. Segundo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A imunidade tributária das instituições de assistência social sem fins lucrativos não alcança o ICMS na importação de bens utilizados em suas finalidades institucionais.

(B) É constitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da EC nº 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

(C) Promitente comprador de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia é contribuinte do IPTU.

(D) É inconstitucional a cobrança de taxa pelo serviço de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, tendo em vista que esses serviços, embora específicos, não são divisíveis.

(E) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Direito Processual Civil

18. A empresa de telefonia A instalou uma antena em um terreno vazio ao lado do imóvel de Fernanda. Em razão das chuvas e dos fortes ventos, Fernanda ficou preocupada que a antena não estivesse bem fixada e pudesse cair em seu imóvel e decidiu então propor uma petição inicial requerendo apenas a tutela antecipada com o pedido final de que a empresa de telefonia A retirasse a antena, sob pena de multa. Na petição inicial, Fernanda, além de demonstrar o direito e o perigo de dano decorrente da demora, atribuiu valor da causa e declarou expressamente que pretendia se valer dos benefícios da tutela antecipada. O juiz, ao receber a ação, entendeu que os elementos para a concessão da tutela antecipada não estavam presentes, uma vez que não era possível concluir que a antena pudesse cair sobre o imóvel de Fernanda.

Considerando a situação hipotética, de acordo com o disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que o juiz deverá

(A) indeferir a petição inicial, uma vez que, nessa hipótese, o procedimento de tutela antecipada requerida em caráter antecedente não admite emenda.

(B) determinar que Fernanda adite a petição inicial no prazo de 15 (quinze) dias, complementando sua argumentação e juntando novos documentos.

(C) determinar que Fernanda emende a petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento e de extinção do processo sem resolução do mérito.

(D) determinar que Fernanda complemente a petição inicial em 15 (quinze) dias e, posteriormente, citar a empresa A para audiência de conciliação ou de mediação, independentemente de nova análise acerca da tutela antecipada.

(E) conceder a Fernanda prazo de 5 (cinco) dias para aditamento da petição inicial, sendo devido o pagamento de novas custas processuais em razão da complementação da demanda.

19. João propôs ação contra Pedro, afirmando ter comprado o seu veículo, mediante contrato de compra e venda, e quitado integralmente a dívida. Recebida a inicial, o juiz determinou a citação de Pedro para se manifestar sobre a existência do contrato e do recibo. Em contestação, Pedro não apresentou os documentos. João então propôs ação autônoma de exibição de documentos requerendo a imposição de multa diária em caso de não apresentação.

Considerando atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, diante da situação hipotética, sendo provável a existência da relação jurídica entre as partes e do documento que se pretende que seja exibido, já apurada em contraditório prévio, é correto afirmar que o juiz

(A) não poderá aplicar multa diária.

(B) poderá aplicar simultaneamente busca e apreensão e multa diária.

(C) poderá aplicar multa diária antes da tentativa de busca e apreensão.

(D) poderá aplicar multa diária apenas após tentativa de busca e apreensão.

(E) poderá aplicar multa diária a qualquer tempo, desde que a pedido da parte.

20. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que, contra ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que exerça o juízo de retratação/conformação,

(A) não cabe recurso.

(B) cabe agravo interno.

(C) cabe agravo regimental.

(D) cabe agravo de instrumento.

(E) cabem embargos de divergência.

21. Joana, portadora de doença grave, propôs ação de indenização contra o Município de Jundiaí. A ação foi julgada procedente e, após todos os recursos, transitou em julgado, condenando o município ao pagamento de 40 (quarenta) salários mínimos.

Considerando a situação hipotética e o fato de que o Município de Jundiaí não editou lei prevendo o *quantum* do "pequeno valor", é correto afirmar, de acordo com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, que Joana

(A) poderá receber o valor integral por meio de requisição de pequeno valor, considerando ser pessoa portadora de deficiência grave.

(B) poderá receber o valor integral por meio de requisição de pequeno valor, considerando o valor a que o Município de Jundiaí foi condenado.

(C) poderá receber o valor integral por meio de requisição de pequeno valor, considerando se tratar de crédito superpreferencial nos termos da lei.

(D) poderá receber o pagamento parcial por meio de requisição de pequeno valor até o limite constitucional e o restante por meio de precatório.

(E) deverá receber o pagamento por meio de precatório.

22. Carlos ajuizou ação de indenização contra Marcos. No entanto, antes do julgamento definitivo da ação, Marcos faleceu, deixando como sucessores seus dois filhos, Ana e Pedro, que pretendem suceder a Marcos no processo.

Diante da situação hipotética e considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) O pedido de habilitação deverá ser autuado em apartado, e o processo principal poderá ser suspenso até o trânsito em julgado da sentença que decidir a habilitação.

(B) Ana e Pedro poderão requerer a habilitação em relação a Carlos, devendo o pedido ser processado nos próprios autos do processo principal, na instância em que este se encontrar, ficando o processo suspenso a partir de então.

(C) Recebida a petição de habilitação, o juiz deverá citar pessoalmente Carlos para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, ainda que ele possua procurador constituído nos autos.

(D) Caso o pedido de habilitação seja impugnado, o juiz deverá determinar a autuação do incidente em apartado, ainda que a controvérsia possa ser solucionada exclusivamente mediante prova documental.

(E) Uma vez proferida a sentença de habilitação, ainda que não tenha ocorrido o trânsito em julgado, o processo principal retomará imediatamente seu curso, mediante juntada de cópia da sentença aos autos.

23. No que tange aos princípios, métodos de interpretação, integração e aplicação do Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta de acordo com as disposições consolidadas e com a regência doutrinária acerca da matéria.

(A) A equidade e a analogia constituem fontes primárias e autônomas do Direito do Trabalho, prevalecendo sobre os preceitos contratuais expressos mesmo quando existente previsão legal específica.

(B) Na falta de disposições legais ou contratuais, a Justiça do Trabalho decidirá conforme a jurisprudência, analogia, equidade, usos e costumes, princípios gerais de direito e direito comparado, devendo garantir que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

(C) O direito comum constitui fonte primária do Direito do Trabalho, autorizando a Justiça do Trabalho, após reforma da legislação trabalhista de 2017, a afastar o texto de lei trabalhista mediante aplicação direta da equidade.

(D) As súmulas e os enunciados jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho podem restringir direitos legalmente previstos quando identificada lacuna ontológica ou axiologia infraconstitucional regressiva.

(E) Na apreciação dos acordos e das convenções coletivas de trabalho, a Justiça do Trabalho deverá examinar soberanamente o mérito da conveniência e oportunidade da norma pactuada, afastando o princípio da intervenção mínima na autonomia coletiva.

24. Relativamente às normas consolidadas sobre duração e jornada de trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) O banco de horas estabelecido por acordo individual escrito é válido desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses, sendo igualmente lícito o regime de compensação para o mesmo mês estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito.

(B) A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo para repouso e alimentação possui natureza salarial, impondo o pagamento integral do período de uma hora com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal, com reflexos nas demais verbas.

(C) A fixação da jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso (12x36) exige obrigatoriamente celebração mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, vedada a sua pactuação por acordo individual escrito.

(D) A hora do trabalho noturno do trabalhador urbano é computada como de 60 minutos normais, exigindo-se o acréscimo de 50% sobre a hora diurna, salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal.

(E) Entre duas jornadas de trabalho é obrigatório respeitar um intervalo mínimo de 10 horas consecutivas para descanso, ao passo que o desrespeito ao intervalo interjornadas gera apenas infração administrativa, sem direito ao pagamento de horas extras.

25. Em relação às regras consolidadas sobre alteração, suspensão e interrupção do contrato individual de trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) A reversão do empregado ao cargo efetivo, deixando o exercício de função de confiança, configura alteração unilateral ilícita do contrato de trabalho, garantindo ao empregado o direito à manutenção do pagamento da respectiva gratificação de função caso a tenha exercido por mais de dez anos.

(B) A concessão de benefício previdenciário decorrente de benefício por incapacidade temporária impõe a interrupção do contrato de trabalho, mantendo-se o dever de o empregador efetuar o pagamento integral dos salários durante todo o período do afastamento.

(C) Nos contratos individuais de trabalho, é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia.

(D) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por até cinco dias consecutivos em caso de casamento, hipótese caracterizadora de suspensão contratual.

(E) A transferência do empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, quando ocorrida sem a sua anuência e sem mudança do seu domicílio de forma temporária, gera direito ao pagamento de adicional de transferência no percentual mínimo de 50% sobre a remuneração.

26. Acerca da responsabilidade da Administração Pública na terceirização de serviços e nos contratos de empreitada de construção civil em que figura como dona da obra, assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal e com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho.

(A) O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do contratado transfere automaticamente ao Poder Público a responsabilidade subsidiária pelo seu pagamento, independentemente da demonstração de conduta culposa na fiscalização do contrato.

(B) Nas hipóteses em que a Administração Pública atua como dona de obra em contrato de empreitada de construção civil, o mero inadimplemento dos encargos trabalhistas pelo empreiteiro acarreta sua responsabilidade subsidiária automática, por força da Súmula nº 331 do TST.

(C) Segundo a tese vinculante do STF adotada no Tema 246 da Repercussão Geral, o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.

(D) A responsabilidade subsidiária do ente público decorrente de contrato de terceirização prescinde da comprovação de culpa in vigilando, cabendo ao trabalhador demonstrar tão somente a existência do contrato de prestação de serviços.

(E) Conforme a Orientação Jurisprudencial do TST, a Administração Pública que figura como dona da obra de construção civil responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas não adimplidas pelo empreiteiro contratado, salvo se for de pequeno porte.

27. Sobre as fontes, os princípios informadores e a aplicação das normas processuais na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) O direito processual comum é aplicado como fonte primária no processo trabalhista, bastando a omissão da Consolidação das Leis do Trabalho para autorizar a incidência automática de qualquer norma do CPC, mesmo que contrária aos princípios trabalhistas.

(B) A Fazenda Pública sujeita-se ao pagamento do depósito recursal para a interposição de qualquer recurso na Justiça do Trabalho, sendo inaplicável a isenção legal aos entes públicos estatais e às autarquias.

(C) A contagem dos prazos processuais no processo do trabalho ocorre em dias corridos, não se aplicando a regra dos dias úteis prevista na legislação processual civil.

(D) O princípio da celeridade processual impede a concessão de prazo em dobro para manifestação da Fazenda Pública no processo do trabalho, sendo-lhe aplicáveis rigorosamente os mesmos prazos conferidos aos particulares para todas as fases e atos processuais.

(E) Nos casos de omissão da CLT, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do processo trabalhista.

Direito Ambiental e Urbanístico

28. Segundo estabelece a Lei nº 9433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, no que se relaciona ao Sistema de Informação acerca desses recursos, são princípios básicos para o seu funcionamento, dentre outros:

(A) articulação centralizada de variados setores afins, para a obtenção e produção de dados e informações.

(B) coordenação unificada do sistema.

(C) acesso aos dados e informações garantidos àquele (a), que apresenta legítimo interesse.

(D) o fornecimento de subsídios e recursos para a elaboração do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

(E) a divulgação e consistência dos dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil e países limítrofes da América do Sul.

29. Além do conteúdo previsto na Lei nº 10.257/01, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, ela também estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. O plano diretor dos municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter, dentre outros:

(A) percentual mínimo de parcelamento, uso e ocupação do solo, que não supere 10% da área atingida por deslizamentos, de modo a minimizar o impacto advindo da diversidade de usos e constituir mecanismo para implementação de emprego informal e renda.

(B) mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

(C) estabelecimento de diretrizes de ações de intervenção de natureza repressiva, que acompanhe e identifique o processo de remoção de famílias de áreas de risco de desastre para posterior mapeamento da população fragilizada.

(D) mapeamento de áreas suscetíveis de regularização fundiária de assentamentos urbanos regulares e irregulares, observadas as normas estaduais e municipais pertinentes, com prioridade para as áreas destinadas à habitação de interesse socioeconômico local, por meio de processo de demarcação de zonas de interesse comercial e social.

(E) estabelecimento de metas para a preservação e ocupação das áreas verdes municipais, com coeficiente mínimo de 20% das áreas, com vistas à redução da impermeabilização das cidades.

30. Acerca da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), prevista na Lei nº 13.465/2017, assinale a alternativa correta.

(A) A certidão somente poderá ser expedida após o registro do projeto de regularização fundiária no Registro de Imóveis competente.

(B) Sua expedição depende da anuência expressa de todos os titulares de direitos reais incidentes sobre os imóveis abrangidos pela regularização.

(C) Constitui ato administrativo por meio do qual o município aprova a regularização fundiária, devendo acompanhar o projeto aprovado e conter, entre outros elementos, a relação dos ocupantes que houverem adquirido a unidade, com a indicação dos respectivos direitos reais.

(D) Produz, independentemente de registro, todos os efeitos reais decorrentes da regularização fundiária aprovada.

(E) Sua expedição compete ao oficial do Registro de Imóveis, após a qualificação registral dos documentos apresentados.

31. Acerca dos princípios fundamentais e das fontes do Direito Ambiental, assinale a alternativa correta.

(A) O princípio da prevenção incide nas hipóteses em que os riscos ambientais ainda não são conhecidos cientificamente, impondo a suspensão da atividade até que seja eliminada toda a incerteza.

(B) Os tratados internacionais sobre proteção ambiental, uma vez regularmente incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, podem integrar as fontes formais do Direito Ambiental.

(C) O princípio do poluidor-pagador autoriza a substituição da obrigação de reparar o dano ambiental pelo pagamento de compensação financeira previamente fixada pelo Poder Público.

(D) Os costumes administrativos prevalecem sobre a legislação ambiental sempre que representarem prática consolidada da Administração Pública.

(E) O princípio do desenvolvimento sustentável estabelece a prevalência do desenvolvimento econômico sempre que este atender ao interesse público.

32. Acerca das competências administrativas em matéria ambiental e da responsabilização por infrações ambientais, assinale a alternativa correta.

(A) A atribuição do licenciamento ambiental a determinado ente federativo impede o exercício do poder de fiscalização pelos demais entes, em razão da repartição de competências estabelecidas pela Lei Complementar nº 140/2011.

(B) A aplicação de sanção administrativa por infração ambiental depende do prévio reconhecimento da responsabilidade penal do infrator, em razão da unidade do sistema sancionatório ambiental.

(C) A imposição de sanção administrativa pela prática de infração ambiental exclui o dever de reparar integralmente o dano ambiental, desde que a penalidade aplicada seja considerada suficiente pela autoridade competente.

(D) O exercício das ações administrativas decorrentes da competência comum para a proteção do meio ambiente não impede a atuação fiscalizatória dos demais entes federativos, hipótese em que, havendo duplicidade de autuações relativas ao mesmo fato, prevalece o auto de infração ambiental lavrado pelo órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização da atividade ou do empreendimento.

(E) A responsabilização penal da pessoa jurídica por crime ambiental depende da responsabilização simultânea da pessoa física que tenha atuado em seu nome ou benefício.

33. Considere o seguinte caso hipotético:

O Município de Jundiaí celebrou contrato particular para aquisição de determinado imóvel destinado à instalação de uma unidade administrativa. O instrumento foi assinado pelo prefeito e pelo proprietário, mas, posteriormente, constatou-se que o negócio havia sido celebrado mediante erro substancial quanto à própria natureza jurídica do imóvel, circunstância que poderia ter sido percebida por pessoa de diligência normal nas condições em que o negócio foi realizado. O proprietário, entretanto, sustenta que o contrato não pode mais ser questionado porque o Município já iniciou a execução da avença.

Em vista do exposto, o negócio é

(A) nulo, pois o erro substancial compromete requisito de validade do negócio jurídico, podendo sua nulidade ser reconhecida de ofício e não estando sujeita a prazo decadencial.

(B) anulável, mas a execução parcial da avença pelo Município impede a anulação, pois a execução voluntária do convalida o negócio jurídico, ainda que o erro persista e seja de conhecimento do Município no início da execução.

(C) anulável, pois o erro substancial constitui vício de consentimento, sendo possível pleitear sua anulação no prazo decadencial de quatro anos contado do dia da realização do negócio.

(D) nulo, pois a existência de erro substancial impede a formação válida da vontade, sendo vedada a convalidação do contrato pelo decurso do tempo ou pela execução parcial.

(E) anulável, mas somente poderá ser desconstituído mediante sentença após provocação da parte interessada, sendo inaplicável ao caso o prazo decadencial previsto para os negócios celebrados sob erro.

34. Leia o seguinte caso hipotético:

O Município de Jundiaí identificou, em área urbana incluída no plano diretor, um imóvel particular não edificado que permanece sem utilização há vários anos, sem cuidados ou limpeza adequada, apesar de estar localizado em região dotada de infraestrutura urbana e destinada à ocupação residencial. Após a edição de lei municipal específica e a observância das providências administrativas cabíveis, o proprietário foi notificado para promover o adequado aproveitamento do imóvel, mas permaneceu inerte. Diante disso, o Procurador Municipal foi consultado sobre as medidas juridicamente admissíveis e, considerando a Constituição Federal e o Código Civil, ele deve informar que

(A) a propriedade permanece protegida pelo direito constitucional de propriedade, de modo que a ausência de aproveitamento econômico do imóvel não autoriza a adoção de medidas municipais destinadas a condicionar seu exercício.

(B) o Município poderá exigir o adequado aproveitamento do imóvel, mediante os instrumentos previstos constitucionalmente, pois o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com suas finalidades econômicas e sociais.

(C) a função social da propriedade autoriza o Município a promover diretamente a transferência compulsória do imóvel ao patrimônio público, sem necessidade de desapropriação ou indenização, diante do descumprimento de sua finalidade social.

(D) a inobservância da função social permite ao Município decretar a perda da propriedade por ato administrativo, desde que o imóvel esteja situado em área abrangida pelo plano diretor e o proprietário tenha sido previamente notificado.

(E) o descumprimento da função social somente poderá produzir efeitos sobre a propriedade rural, pois a propriedade urbana está submetida ao direito de propriedade e às normas de direito civil.

35. Uma incorporadora pretende implantar, no Município de Jundiaí, empreendimento residencial com 120 (cento e vinte) unidades autônomas. Antes do registro do memorial de incorporação no Registro de Imóveis, iniciou a divulgação comercial do empreendimento e celebrou contratos de promessa de compra e venda com diversos interessados. O Município, por meio de sua Procuradoria, foi consultado acerca das providências cabíveis e da regularidade dos contratos.

Quanto a essa situação hipotética, considerando a Lei nº 4.591/1964, assinale a alternativa correta.

(A) A incorporadora poderá celebrar os contratos, desde que o projeto de construção já tenha sido aprovado pelo Município, pois o registro do memorial de incorporação é exigido apenas para o registro definitivo das unidades.

(B) A ausência do registro do memorial de incorporação constitui irregularidade exclusivamente registral, que não impede a comercialização das unidades quando o incorporador comprovar a titularidade do terreno e a aprovação municipal do projeto.

(C) O Município poderá reconhecer a validade das alienações, desde que posteriormente seja promovido o registro do memorial de incorporação, pois o registro posterior regulariza os contratos anteriormente celebrados.

(D) O incorporador poderá negociar as unidades antes do registro do memorial quando tiver submetido previamente à Prefeitura todos os documentos exigidos para aprovação do empreendimento e obtido o respectivo alvará de construção.

(E) A incorporadora somente poderá alienar ou onerar as frações ideais do terreno e as acessões correspondentes às futuras unidades após o registro do memorial de incorporação no Registro de Imóveis, não sendo suficiente a aprovação municipal do projeto.

36. Tem-se a seguinte situação hipotética:

O Município de Jundiaí é proprietário de um terreno urbano de 2.000 m², registrado em seu nome no Cartório de Registro de Imóveis. Parte da área, com 180 m², passou a ser ocupada há seis anos por particular, que construiu no local sua residência, sem autorização municipal. Após constatar a ocupação, a Procuradoria Municipal ajuizou ação reivindicatória. O ocupante alegou, em defesa, ter adquirido a propriedade da área por usucapião, sustentando exercer posse contínua, pacífica e sem oposição.

Considerando as disposições do Código Civil sobre direitos reais e usucapião, assinale a alternativa correta.

(A) A alegação de usucapião não pode prosperar, pois a área ocupada integra imóvel público, sendo insuscetível de aquisição por usucapião, ainda que preenchidos os requisitos temporais e possessórios da modalidade invocada.

(B) A alegação de usucapião pode prosperar, pois a ocupação residencial de área urbana inferior a 250 m² por cinco anos autoriza a aquisição da propriedade, independentemente da natureza pública ou privada do imóvel.

(C) A usucapião pode ser reconhecida porque o Município permaneceu inerte durante mais de cinco anos, circunstância que permite a aquisição da propriedade urbana pelo possuidor que nela estabeleceu sua moradia.

(D) A usucapião extraordinária pode ser reconhecida após cinco anos de posse, pois a construção de moradia no imóvel reduz o prazo legal independentemente de sua titularidade pública ou privada.

(E) A inscrição do imóvel em nome do Município não impede a usucapião, pois o registro imobiliário constitui apenas presunção relativa de propriedade e pode ser afastado pela posse prolongada e qualificada.

37. Considere o caso hipotético a seguir:

A sociedade empresária Beta Engenharia Ltda., em recuperação judicial, possui débitos tributários perante o Município de Nova Esperança. No curso da recuperação, a Fazenda Municipal ajuizou execução fiscal para cobrança dos créditos, enquanto a recuperanda requereu ao juízo da recuperação que determinasse a suspensão da execução e a inclusão dos débitos tributários no plano. Paralelamente, a empresa informou que pretendia regularizar sua situação fiscal para obter a concessão da recuperação judicial.

Na condição de Procurador Municipal, considerando a Lei nº 11.101/2005, assinale a alternativa correta.

(A) O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende a execução fiscal promovida pelo Município, pois a preservação da empresa impõe a concentração de todos os atos de cobrança perante o juízo da recuperação.

(B) Os créditos tributários municipais existentes na data do pedido de recuperação judicial sujeitam-se ao plano de recuperação, podendo ser reduzidos ou novados nas mesmas condições dos créditos quirografários.

(C) A apresentação de certidão negativa de débitos tributários é dispensável para a concessão da recuperação judicial, pois a regularização fiscal constitui faculdade do devedor e não requisito previsto na legislação recuperacional.

(D) A execução fiscal não se suspende pelo deferimento da recuperação judicial, embora o juízo da recuperação possa determinar a substituição dos atos de constrição que recaírem sobre bens de capital essenciais à atividade empresarial, observado o regime legal aplicável.

(E) O Município deverá habilitar seus créditos tributários no quadro-geral de credores, ficando impedido de promover execução fiscal enquanto estiver em curso o processo de recuperação judicial.

38. O Município de Jundiaí foi condenado, por decisão judicial transitada em julgado, a pagar R$ 480.000,00 a determinada empresa, tendo sido expedido o respectivo precatório. Posteriormente, a Procuradoria Municipal constatou que a mesma empresa possuía débito tributário inscrito em dívida ativa do município no valor de R$ 150.000,00. Diante disso, o município comunicou ao tribunal responsável pelo precatório que promoveria a compensação entre os créditos, reduzindo unilateralmente o valor a ser pago à empresa. Paralelamente, o município informou que, em razão de seu elevado estoque de precatórios, pretendia limitar os pagamentos anuais ao percentual de sua receita corrente líquida previsto na Constituição Federal.

Considerando a disciplina constitucional dos precatórios e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

(A) O município poderá compensar unilateralmente o débito tributário com o precatório, pois a compensação entre créditos líquidos e certos constitui forma legítima de extinção das obrigações e concretiza a eficiência administrativa.

(B) O município deverá observar a ordem cronológica dos precatórios, mas poderá afastá-la em relação aos créditos de natureza alimentícia, que independem de expedição de precatório quando reconhecidos judicialmente.

(C) O município poderá limitar os pagamentos de precatórios ao percentual constitucionalmente previsto sobre a receita corrente líquida, não podendo realizar pagamentos superiores a esse limite, ainda que disponha de dotação orçamentária específica para fazê-lo.

(D) A compensação unilateral pretendida pelo município não é constitucionalmente admissível, conforme entendimento firmado pelo STF, e os limites percentuais de pagamento previstos para Estados e municípios podem ser superados mediante dotação orçamentária específica.

(E) A existência de débito tributário do credor autoriza sua compensação com o precatório, desde que o município comunique previamente o tribunal e preserve a ordem cronológica dos demais requisitórios.

39. O município celebrou contrato administrativo para a aquisição parcelada de medicamentos destinados à rede municipal de saúde. Em determinado mês, o fornecedor entregou apenas parte dos produtos contratados. Apesar disso, o setor responsável registrou o valor integral da parcela como devido, com base no contrato e na nota de empenho, o ordenador de despesas determinou o pagamento antes da conferência da quantidade efetivamente entregue. Ao analisar o procedimento, a Procuradoria Municipal concluiu que houve irregularidade em uma das etapas da execução da despesa.

Considerando a disciplina da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

(A) O empenho constitui o momento em que a administração verifica o direito adquirido pelo credor, razão pela qual o pagamento poderá ser realizado após a emissão da nota de empenho, ainda que a entrega do objeto esteja incompleta.

(B) A liquidação corresponde ao ato que cria a obrigação de pagamento para o município, sendo realizada pela autoridade competente antes da emissão da nota de empenho e independentemente da comprovação da entrega do objeto contratado.

(C) A liquidação deverá considerar a efetiva entrega dos medicamentos, pois nessa etapa se verifica o direito adquirido pelo credor, inclusive quanto à origem e ao objeto da despesa, ao valor exato e à pessoa a quem deve ser realizado o pagamento.

(D) O pagamento poderá ser realizado antes da liquidação, quando houver contrato regularmente celebrado e empenho prévio, pois esses atos são suficientes para comprovar a existência da obrigação e dispensam a verificação da execução do objeto.

(E) A ordem de pagamento corresponde ao ato pelo qual a administração reconhece o direito adquirido pelo credor, podendo ser expedida antes da liquidação quando houver nota fiscal regularmente emitida pelo fornecedor.

40. O município pretende celebrar convênio com o Estado para receber R$ 2 milhões destinados a obras de recapeamento. Ele possui dotação específica para a contrapartida, está em dia com suas obrigações perante o Estado e comprova o cumprimento dos limites constitucionais de saúde e educação. Contudo, consta do último relatório fiscal que o município não observou o limite legal relativo à despesa total com pessoal. O prefeito solicita, à Procuradoria Municipal, parecer sobre a possibilidade de celebração do ajuste.

Considerando essa situação hipotética, à luz da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF),

(A) o convênio poderá ser celebrado, pois a comprovação dos limites de despesa com pessoal constitui requisito exigível apenas quando a transferência envolver recursos destinados a despesas correntes.

(B) a transferência não poderá ser realizada enquanto o município não comprovar a observância do limite relativo à despesa total com pessoal, ressalvadas as hipóteses legais de afastamento das exigências da LRF.

(C) a transferência poderá ser formalizada, pois a exigência relativa à despesa total com pessoal alcança apenas o ente transferidor, não sendo aplicável ao município beneficiário dos recursos estaduais.

(D) a transferência poderá ser celebrada, desde que o município assuma expressamente a obrigação de adequar sua despesa com pessoal antes do recebimento da primeira parcela do recurso estadual.

(E) a celebração será possível porque as exigências para transferências voluntárias restringem-se à existência de dotação específica e à previsão orçamentária da contrapartida do ente beneficiário.

41. Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição Federal acerca dos créditos adicionais, assinale a alternativa correta.

(A) O crédito suplementar destina-se a despesa sem dotação orçamentária específica, enquanto o crédito especial serve ao reforço de dotação já existente, podendo ambos ser abertos por decreto quando houver autorização genérica na lei orçamentária.

(B) O crédito especial, uma vez autorizado e aberto no último semestre do exercício, poderá ter sua vigência prorrogada para o exercício seguinte, desde que haja saldo não utilizado e subsista a finalidade que justificou sua abertura.

(C) O crédito extraordinário exige prévia autorização legislativa e indicação dos recursos disponíveis, pois a urgência da despesa não afasta a observância das exigências gerais para abertura de créditos adicionais.

(D) A autorização para abertura de crédito suplementar deve ser concedida por lei específica, sendo vedado que a própria lei orçamentária anual contenha autorização para abertura de créditos dessa natureza dentro de determinado limite.

(E) A abertura de crédito suplementar ou especial exige autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes, sendo admitida, entre as fontes previstas em lei, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei.

42. À luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, acerca do sistema de controle da execução financeira e orçamentária da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

(A) O controle interno exercido pelo Poder Executivo possui natureza exclusivamente preventiva, destinando-se à verificação prévia da legalidade dos atos de execução orçamentária, sem alcançar a avaliação dos resultados da gestão pública.

(B) O Tribunal de Contas, no exercício do controle externo, limita-se à análise da legalidade dos atos de gestão, não podendo examinar aspectos relacionados à legitimidade, à economicidade ou aos resultados da aplicação dos recursos públicos.

(C) A fiscalização exercida pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, substitui o sistema de controle interno do Poder Executivo sempre que envolver atos de execução orçamentária sujeitos à prestação de contas.

(D) O sistema de controle interno deve comunicar ao Tribunal de Contas as irregularidades ou ilegalidades de que tiver conhecimento, mas a falta dessa comunicação não interfere na responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na ocorrência ou responsáveis pela ausência de informar a irregularidade.

(E) A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária deve ocorrer de forma prévia, concomitante e subsequente, sem prejuízo das atribuições próprias do Tribunal de Contas no exercício do controle externo.

Direitos Difusos e Coletivos

43. O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública contra a empresa ABC, perante a Justiça Estadual, requerendo que ela seja condenada a cessar a atividade de lançamento irregular de resíduos no Rio Tietê e reparar os danos ambientais causados no município de São Paulo. Meses depois, o Ministério Público Federal ajuizou, perante a Justiça Federal, ação civil pública contra a mesma empresa ABC, com fundamento nos mesmos fatos e na mesma atividade de lançamento de resíduos, requerendo que ela seja condenada a cessar a atividade e reparar os danos ambientais causados em todo o estado de São Paulo.

Diante da situação hipotética e considerando o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que as ações deverão correr

(A) na Justiça Estadual, em virtude da prevenção do juízo que primeiro despachou.

(B) na Justiça Federal, em razão da continência.

(C) no Superior Tribunal de Justiça, por envolver matéria infraconstitucional de interesse regional.

(D) no Supremo Tribunal Federal, por se tratar de matéria ambiental com alcance constitucional.

(E) em juízos separados, considerando a abrangência territorial distinta dos pedidos.

44. Uma autarquia municipal propôs ação civil pública contra a empresa Minera Mais Ltda., alegando que a referida empresa estava realizando atividades de extração mineral causando danos ambientais no município de Jundiaí. Na ação, a autarquia requereu que a empresa fosse obrigada a cessar as atividades que estivessem causando dano ambiental. O juiz julgou a ação procedente e além de condenar a empresa a cessar as atividades, condenou-a ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da autarquia.

Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que os honorários advocatícios são

(A) indevidos em razão do princípio da simetria.

(B) indevidos desde que comprovada má-fé.

(C) devidos e devem ser definidos por equidade.

(D) devidos e devem ser definidos por arbitramento.

(E) devidos e devem ser definidos em até 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

45. Acerca da política tarifária do serviço de transporte público coletivo, prevista na Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, é correto afirmar que a tarifa pública

(A) não pode apresentar déficit.

(B) poderá apresentar superavit, caso em que, será revertida para qualquer obra de infraestrutura do município.

(C) é instituída por ato específico do Poder Público outorgante.

(D) deve ser objeto da precificação da concessão do serviço público e ser estabelecida por edital.

(E) só pode ser reajustada um ano após a concessão.

46. De acordo com o disposto na Lei de Saneamento, Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, é correto afirmar que os serviços de saneamento poderão ser interrompidos pelo prestador na hipótese de

(A) negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, havendo ou não notificação prévia.

(B) manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação pelo prestador.

(C) inadimplemento, pelo usuário do serviço de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, havendo notificação prévia de 5 (cinco) dias.

(D) necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas, respeitados os padrões de qualidade e continuidade estabelecidos pela regulação do serviço, desde que mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias.

(E) interrupções programadas desde que previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

Direito Previdenciário

47. A Constituição Federal assegura ao segurado a contagem recíproca do tempo de contribuição entre regimes previdenciários distintos, bem como a compensação financeira entre eles.

Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

(A) A contagem recíproca permite que o tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social seja computado para fins de aposentadoria no regime próprio, sendo a compensação financeira entre os regimes facultativa e dependente de acordo entre os entes federativos.

(B) O tempo de serviço utilizado para a concessão de aposentadoria em um regime pode ser simultaneamente utilizado para a concessão de aposentadoria em outro regime, desde que haja prévia autorização do órgão gestor.

(C) A compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social é obrigatória e será devida pelo regime de origem ao regime instituidor, pelos períodos de contribuição vertidos ao regime de origem, observadas as regras estabelecidas em lei.

(D) A contagem recíproca de tempo de contribuição é aplicável exclusivamente entre regimes próprios de previdência social de entes federativos distintos, sendo vedada a contagem do tempo de contribuição do RGPS para fins de aposentadoria no regime próprio.

(E) O tempo de contribuição exercido sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física pode ser convertido em tempo comum para fins de contagem recíproca entre regimes, inclusive após a vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019.

48. A Lei Complementar nº 611, de 08 de dezembro de 2021, regula as novas regras de aposentadoria e pensão por morte do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Jundiaí, cuja gestão é realizada pelo Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (IPREJUN).

Em relação à regra geral de aposentadoria voluntária prevista na referida lei complementar, assinale a alternativa correta.

(A) Exige-se, cumulativamente, 62 (sessenta e dois) anos de idade para a mulher e 65 (sessenta e cinco) anos para o homem, 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

(B) Exige-se, cumulativamente, 60 (sessenta) anos de idade para a mulher e 65 (sessenta e cinco) anos para o homem, 30 (trinta) anos de contribuição, 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo.

(C) Exige-se, cumulativamente, 62 (sessenta e dois) anos de idade para a mulher e 65 (sessenta e cinco) anos para o homem, 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo.

(D) Exige-se, cumulativamente, 60 (sessenta) anos de idade para a mulher e 65 (sessenta e cinco) anos para o homem, 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 10 (dez) anos no cargo efetivo.

(E) Exige-se, cumulativamente, 62 (sessenta e dois) anos de idade para a mulher e 65 (sessenta e cinco) anos para o homem, 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo.

49. As emendas constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005 e nº 103/2019 promoveram profundas alterações no regime previdenciário dos servidores públicos, estabelecendo novas regras permanentes e regras de transição.

Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

(A) A Emenda Constitucional nº 103/2019 extinguiu integralmente a possibilidade de aposentadoria por idade para os servidores públicos, exigindo, em todas as hipóteses, o cumprimento de idade mínima e tempo de contribuição.

(B) A Emenda Constitucional nº 103/2019 manteve, como regra geral de aposentadoria voluntária dos servidores públicos, os requisitos de idade mínima de 62 (sessenta e dois) anos para a mulher e 65 (sessenta e cinco) anos para o homem, 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo.

(C) A Emenda Constitucional nº 41/2003 extinguiu a paridade entre servidores ativos e inativos, vedando, em qualquer hipótese, a aplicação do mesmo reajuste aos proventos de aposentadoria e às pensões.

(D) A Emenda Constitucional nº 20/1998 foi a primeira a introduzir, no texto constitucional, a exigência de idade mínima e o caráter contributivo do regime próprio de previdência social dos servidores públicos, tendo a Emenda Constitucional nº 103/2019 mantido integralmente inalterados esses requisitos, sem qualquer modificação quanto à idade mínima e ao tempo de contribuição.

(E) A Emenda Constitucional nº 103/2019 vedou a instituição de contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria e pensões dos servidores públicos que ultrapassem o teto do Regime Geral de Previdência Social.

50. A Lei Complementar nº 611/2021, do Município de Jundiaí, ao regulamentar a pensão por morte devida aos dependentes do servidor vinculado ao RPPS municipal, seguiu o modelo constitucional instituído pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

Em relação ao cálculo da pensão por morte no âmbito do IPREJUN, assinale a alternativa correta.

(A) O valor da pensão por morte corresponderá a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado, ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

(B) O valor da pensão por morte corresponderá a 100% (cem por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado, independentemente do número de dependentes, ressalvada a hipótese de dependente com deficiência.

(C) O valor da pensão por morte corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria, sem acréscimo de cotas por dependente, observado o teto do Regime Geral de Previdência Social.

(D) O valor da pensão por morte corresponderá a uma cota familiar de 70% (setenta por cento) do valor da aposentadoria, acrescida de 5 (cinco) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

(E) O valor da pensão por morte será calculado pela média aritmética das remunerações do segurado, acrescida de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, sem limite máximo.

Confidencial até o momento da aplicação.